

Médicos criticam

Cidade

Brasília, terça-feira, 13 de novembro de 1990

3

política de saúde do País

“Esse Governo não está muito interessado em resolver os problemas sociais do País. É preciso mais vontade política e eu vejo um jogo de cena de pretensas mudanças”. Esta declaração do presidente do Conselho Federal de Medicina, Ivan de Araújo Moura Fé, retrata o pensamento da maioria dos membros do CFM. Essa posição deve-se ao fato de o Governo estar implantando, à revelia da classe médica, o sistema de Autorização de Internação Hospitalar, nos hospitais da rede pública, já em vigor nos particulares. Segundo o conselheiro Antonio Henrique Pedrosa Neto, de Alagoas, as distorções existentes nesse sistema não podem ser corrigidas e da forma como está sendo apresentada apenas cria expectativa: “como aconteceu à época da implantação do Suds”.

Nos hospitais da rede privada, remunerados através das AIH, os pacientes são selecionados de acordo com a doença. Eles só

aceitam internação de pacientes que não dêem despesas ou prejuízo ao hospital, “por isso, sobrevivem dentro desse sistema”, garante o médico Antonio Henrique. Os casos graves são sistematicamente recusados, como aqueles que aparecem com queimaduras, os politraumatizados, os neurológicos, os doentes crônicos. “A seleção de pacientes da forma como vem ocorrendo também é corrupção”, acusa o médico.

Pelo sistema de Autorização de Internação Hospitalar, os hospitais particulares apresentam todo fim de mês uma fatura onde vêm relacionados os gastos do período com cada doente internado, os medicamentos, equipamentos e profissionais utilizados. O Governo paga de acordo com uma tabela por doença e forma de tratamento utilizado. O pagamento de serviços via AIH, facilita a corrupção, como forjar guias de consulta e intenção de pacientes-fantasmas, recusa de doentes

com problemas graves. “Existem casos de hospitais — e isso é comum — que esterilizam mulheres aos montes e como isso é ilegal, eles colocam nas guias de internação que a paciente fez uma cirurgia de retirada de cisto no ovário, intervenção bem mais complexa e cara do que a esterilização. Com isso, recebem dez vezes mais o valor da cirurgia realizada”, denuncia Antonio Henrique Pedrosa Neto.

Este é apenas um dos muitos casos relatados na última reunião do CEM. E apesar de todos os argumentos, a implantação da AIH é defendida por pessoas como o professor da UERJ, o médico sanitário Eduardó Levkovitz. Ele acha que o sistema vai trazer mais recursos para os hospitais públicos, uma vez que as faturas serão imediatamente pagas após serem apresentadas ao Governo. Antonio Henrique rebate a alegação dizendo que não é possível comparar os serviços prestados pela rede pública com os dos hospitais particulares.